

Geopolítica Militar Brasileira e a Segurança das Infraestruturas Críticas: a estratégia de gestão de um novo sistema territorial

Tiago Viesba Pini Inácio ¹

Márcia da Silva ²

RESUMO

O presente trabalho, tem como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: em que medida o pensamento geopolítico das Forças Armadas brasileiras influencia as políticas territoriais de defesa do Governo Jair Bolsonaro? Em vista disso, partindo dos debates da Geografia Política e dos Estudos de Defesa, nosso objetivo é averiguar a relação entre os discursos e práticas geopolíticas das Forças Armadas e as políticas territoriais de defesa do Governo Jair Bolsonaro. Para tanto, em relação a metodologia, os procedimentos específicos compreendem a revisão da bibliografia, a análise dos discursos presentes nos documentos oficiais e a coleta de dados sobre a participação dos militares no Governo de Jair Bolsonaro. O intuito é averiguar a militarização do Estado e a execução do programa de Segurança de Infraestruturas Críticas, através da regionalização dessas estruturas estratégicas, bem como a análise dos discursos geopolítico dos militares, percebendo como estes orientam a construção dos territórios. Portanto, caberia aos militares garantirem a segurança das populações e dos centros urbanos através da gestão e controle desse sistema territorial, temas estes fundamentais para a Geografia Política. As hipóteses confirmadas indicam que as Forças Armadas brasileiras pensam a manutenção do controle político sobre o território, especialmente nos recorrentes períodos de militarização do Estado e busca permanente dos Objetivos Nacionais. Além disso, as Infraestruturas Críticas representam parte do objetivo estratégico dos militares para garantirem a manutenção do controle político do território.

Palavras-chave: Geopolítica, Forças Armadas, Território, Infraestruturas Críticas.

ABSTRACT

The present paper starting point is the following research problem: to what extent the geopolitical thought of the Brazilian Military influence Jair Bolsonaro's Government politics for territorial defense? Whereupon, relying on concepts and discussions involving Defense Studies and Political Geography, our goal is to investigate the relationship that Military geopolitical practices and speech guard to Jair Bolsonaro's Government politics for territorial defense. To that objective, regarding methodology, the specific procedures comprehend a bibliographical revision, a look into speeches that are present in official documents and the gathering of data regarding military participation on Jair Bolsonaro's Government. The purpose is to examine the militarization of the State and the implementation of Brazil's Security and Critical Infrastructure program through the regionalization of said strategic structures, as well as, the geopolitical speech of military officials and how this influences territorial formation. Thus, it would be a military duty to control and manage the territorial system in order to ensure the safety of its populations and urban centres, themes which are fundamental to Political Geography. The confirmed hypotheses indicate that the Brazilian Military produces thought that elaborate on maintaining political control over the territory, especially on the reoccurring periods of militarization of the State and permanent pursuit of National Objectives. In the same manner, the Critical Infrastructures represent one of the military's strategies goals of ensuring the maintenance of political territorial control.

Keywords: Geopolitics, Armed Forces, Territory, Critical Infrastructures.

¹ Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, tiagoviesba009@gmail.com;

² Professora orientadora: Graduada e pós-graduada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Presidente Prudente, Pós-doutorado na Universidade de Lisboa, marcia.silvams@gmail.com.

O presente artigo busca responder o seguinte problema: em que medida o pensamento geopolítico das Forças Armadas brasileiras influencia as políticas territoriais de defesa do Governo Jair Bolsonaro? Desse modo, ao procurarmos respostas na bibliografia especializada (CARVALHO, 2019; MONTEIRO, 2021), os autores chamam a atenção para um dilema histórico dos militares brasileiros: as forças armadas ainda não decidiram se devem atuar como militares ou protagonistas na gestão do Estado e do território, tendo em vista seus recorrentes episódios de intervenção na política doméstica. Somado a isto, parte do setor, desde o fim do Regime Militar (1964-1985), não aderiu ao processo de redemocratização e ainda compartilha da visão que a democracia brasileira foi um acordo oferecido pelos militares e sancionado pelo seu poder de “tutela permanente da nação”, processo que se aproxima de outras experiências dos países da América do Sul, por exemplo. Dessa maneira, apesar da literatura apresentar algumas indicações, retomamos a contribuição de Costa (2016), o qual afirma que, durante o Regime Militar, os militares que compunham o governo foram educados na chamada “Geopolítica Militar Brasileira”, compreendida enquanto um conjunto de discursos territoriais sobre o poder e orientação para a construção de uma estratégia nacional. Nesse sentido, o objetivo deste projeto é averiguar a relação entre os discursos e práticas geopolíticos das Forças Armadas e as políticas territoriais de defesa do Governo Jair Bolsonaro.

Em relação à justificativa desta pesquisa, ressaltamos que, a partir das eleições de 2018, após mais de trinta anos do fim da Ditadura Militar, as Forças Armadas retornam ao centro do poder político, em um primeiro momento, com o apoio dado ao candidato Jair Bolsonaro e, depois, através da expressiva participação dos militares dentro do Executivo federal. Assim, constatamos que discursos e ações do governo Bolsonaro, fruto das influências do pensamento Geopolítico Militar, buscam o exercício do poder através do controle político do território. Nesse sentido, o rearranjo institucional do Estado, através de uma ampla reforma ministerial, e a militarização da política – processos realizados durante seu governo –, demonstram que o território nacional é percebido, como afirma Gottmann (2012), enquanto um território como segurança. Portanto, se o objetivo é o controle das dinâmicas espaciais, se faz necessária a análise dessas ações pela Geografia Política, por outro lado, ao debatermos atores como as Forças Armadas, precisamos do olhar dos Estudos de Segurança Internacional.

METODOLOGIA



À respeito do encaminhamento metodológico, investigamos o problema proposto com o intuito de respondê-lo e confirmar nossas hipóteses: a) As Forças Armadas brasileiras pensam a manutenção do controle político sobre o território, especialmente nos recorrentes períodos de militarização do Estado e busca permanente dos Objetivos Nacionais; b) As Infraestruturas Críticas representam o objetivo estratégico das Forças Armadas brasileiras para garantirem a manutenção do controle político do território.

Em relação aos procedimentos específicos, nossa pesquisa consiste na revisão bibliográfica de caráter qualitativo, a coleta de dados referentes à participação dos militares no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e a análise das conclusões apresentados nos relatórios de Gestão do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), entre os anos de 2008 e 2022. Em seguida, o estudo da legislação vigente e pertinente a Política Nacional, a Estratégia Nacional e o Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, decretos vinculados ao GSI. Nesse sentido, a análise dos dados coletados deu-se em dois eixos: primeiro, pelas discussões teóricas em sua análise qualitativa, ou seja, via discursos construídos historicamente, demonstrando como estes orientam a atuação das Forças Armadas no governo de Jair Bolsonaro. Em segundo, os dados sobre a militarização do governo de Jair Bolsonaro e a legislação construída para a execução dessas políticas foram analisados pelo mapeamento das Infraestruturas Críticas. Em suma, investigamos a relação entre os discursos geopolíticos dos militares e como estes influenciam na construção dos territórios.

REFERENCIAL TEÓRICO

Autores como Foucault (2008) e Raffestin (1993) já ressaltavam a importância dos sistemas de infraestrutura e de circulação enquanto formas de controle político dos territórios, logo, a necessidade estratégica de proteção dessas infraestruturas e a continuidade dos serviços prestados. No entanto, o debate envolvendo as Infraestruturas Críticas encontra-se diretamente relacionado a mudanças vindas a abertura da agenda de segurança na década de 1990 e da percepção de sua multidimensionalidade. Sendo assim, para fins de aproximação: “Infraestruturas críticas são instalações, redes e ativos que garantem o fornecimento de bens e serviços públicos e que, por este motivo, em caso de falha ou destruição, podem afetar a segurança nacional” (IGLESIAS, 2021, p.25). Desse modo, o contexto que justificou o surgimento dos primeiros programas de Proteção das Infraestruturas Críticas (CIP) está ligado aos atentados terroristas do início dos anos 2000 (GUTERRES, 2016), episódios estes que moveram os governos no sentido de repensarem suas agendas de segurança. Assim, o termo CIP diz respeito a um novo contexto de regulação dos riscos, pois não se trata apenas da defesa

física contra ameaças imediatas, mas também à ações e medidas de segurança preventiva. Além disso, a maior interdependência entre os diversos setores da economia e, por consequência, um contexto de maior vulnerabilidade, aumenta a preocupação com “efeitos em cascata”, ou seja, quando um setor afetado pode desencadear uma reação em cadeia, paralisando outros.

Por isso, segundo Saint-Pierre (2013), a abertura da agenda de segurança dos anos 1990 apresenta um novo contexto de justificativa de ação dos Estados frente a uma ampla agenda de riscos – que envolvem desde o crime organizado, o terrorismo, os desastres naturais, pandemias, os refugiados, etc. –, somado isto a necessidade de proteção das estruturas estratégicas. Nesse sentido, apesar de cada Estado ou organismo multilateral ter sua própria definição, falamos da construção de uma “cultura global” de programas de CIP (IGLESIAS, 2021). Assim, frente a este contexto, esses “ativos essenciais” são considerados críticos uma vez que a paralisação dos serviços prestados ou sua destruição, acarretaria um impacto significativo para a segurança nacional, para a economia ou o bem-estar da sociedade (BRUNNER; SUTER, 2009) Contudo, vale ressaltar que “as ameaças atuais à segurança são complexas, e a regra é justamente a volatilidade do contexto geopolítico, ambiental e social”, por essa razão, “[...] a melhor forma de lidar com essa ambiguidade é por meio da gestão de riscos e da construção de resiliência, utilizando uma abordagem que envolva toda a sociedade” (IGLESIAS, 2021, p.25-27).

Nesse sentido, não podemos desconsiderar os argumentos de Monteiro (2021) e Saint-Pierre (2013), no que diz respeito a gestão política das ameaças e dos riscos: embora a ciência da Regulação e Gestão dos Riscos busque doutrinas para justificara os marcos regulatórios, na prática, tais discursos reforçam a hierarquia da produção da segurança. Por isso, especialmente nos programas de CIP, compreendemos que o risco aparece, por um lado, dentro de um campo de previsão e monitoramento de cenários e, por outro, da construção de uma cultura de convencimento da sociedade civil, das empresas e do próprio Estado – dos valores a serem protegidos. Portanto, a audiência deverá ser convencida menos pela cientificidade dos argumentos, mas, sobretudo, pela capacidade dos gestores políticos de assegurarem a existência de ameaças à segurança nacional e ao bem-estar da sociedade (BAZZICALUPO, 2014).

Nesse sentido, “não há consenso mundial sobre a melhor metodologia para proteger as ICs de um país” (MIRANDA FILHO, 2012, p.81), por isso, os programas se diferenciam essencialmente pelas metodologias adotadas para identificar as estruturas críticas e o modelo de gestão dos riscos; no caso do Brasil, o modelo adotado “abocanhou” as experiências dos Estados Unidos e da União Europeia (GUTERRES, 2016). Em suma, os programas de CIP envolvem a participação dos setores interessados – donos e operadores das infraestruturas – e centram-se em ações de segurança doméstica para garantir a resiliência das cadeias vitais e os

serviços prestados (IGLESIAS, 2021). Sendo assim, levam em conta as interdependências internas e externas, a troca de informações entre as partes interessadas e a metodologia para identificar as ameaças – ações humanas, desastres naturais e a ocorrência de falhas técnicas ou humanas (U.S. DHS, 2013; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2008). Por fim, segundo Miranda Filho (2012), tanto militares quanto agentes policiais podem auxiliar na construção dos programas de CIP, especialmente nas fases de implementação, mas, em regra, não seriam os principais formuladores da metodologia – da escolha sobre os objetivos, as áreas prioritárias e as responsabilidades dos agentes –, mas, sim, uma entre as várias partes interessadas.

No Brasil, o programa de CIP já nasce crescido dentro do governo federal e adotando um modelo “contra todos os riscos”. Em 2006, decorrente de uma visita do Presidente Lula ao estado de São Paulo, onde o PCC (Primeiro Comando da Capital, a facção criminosa de maior ressonância no Brasil) atuava de forma violenta, decidiu-se que era necessário identificar as instituições que precisam ter sua segurança priorizadas (DEMETERCO, 2014). Em agosto daquele ano, ficou a cargo do então Ministro Chefe do GSI, reunir as agências reguladoras para discutirem aspectos ligados infraestruturas críticas, ocasião em que um representante do governo americano repassou a experiência do U.S. DHS (BRUNNER; SUTER, 2009).

Desse modo, a conferência da SecGov de 2006, patrocinada pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), reuniu especialistas na área do setor público e empresas para a elaboração de um Livro Branco das Infraestruturas Críticas, na tentativa de mapear as ameaças e construir um documento a ser publicado em 2007. No entanto, paralelamente, o Brasil firmou uma série de compromissos “[...] para receber os Jogos Pan-Americanos e Parapan-americanos, de 2007, a Copa das Confederações de Futebol FIFA, de 2013, a Copa do Mundo de Futebol FIFA, de 2014, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016” (GUTERRES, 2016, p.149). Logo, em razão da urgência de demandas do GSI e da percepção das vulnerabilidades do país frente a essa inserção internacional, decidiu-se construir, em um primeiro momento, um programa que garantisse a proteção da infraestrutura indispensável para a realização dos eventos. Assim, já para o ano seguinte, o GSI, em conjunto com as agências do setor de telecomunicações, optou pela construção de uma Metodologia de Identificação de Infraestrutura Crítica (MI²C) utilizada no município do Rio de Janeiro para os jogos Pan-Americanos (BRUNNER; SUTER, 2009). O destaque é que o tema entra para a agenda de segurança do país e não sairá tão cedo, pois, sob a responsabilidade do GSI, o Brasil foi o primeiro país da América do Sul e o último dos BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) a construir um programa de CIP.

Nesse sentido, o Decreto nº 6.371/2008 (BRASIL, 2008), é a base legal que centraliza as ações no âmbito da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), órgão

presidido pelo Ministro-Chefe do GSI o qual deveria realizar as ações pertinentes para a Segurança das Infraestruturas Críticas (IEC ou SIC), incluindo os serviços prestados e o gerenciamento dos setores. A articulação das áreas estratégicas e a divisão das tarefas foi realizada através da criação dos Grupos Técnicos os quais ficaram responsáveis por propor ações relacionadas à IEC em cada área. Segundo o “Art. 2º Consideram-se IEC as instalações, serviços e bens que, se forem interrompidos ou destruídos, provocarão sério impacto social, econômico, político, internacional ou à segurança nacional” (BRASIL, 2008, *on-line*). Assim, apesar da definição própria, ressaltamos o fato de que “[...] o termo Proteção de Infraestruturas Críticas é utilizado internacionalmente. O Brasil adotou o termo Segurança por considerar este mais abrangente, incluindo nele a gestão de continuidade dos negócios” (DEMETERCO, 2011, p.8), portanto, no cenário nacional, falamos da Segurança das Infraestruturas Críticas.

Ademais, as áreas prioritárias ou serviços estratégicos seriam: Energia, Transporte, Água, Telecomunicações e Finanças (BRASIL, 2008). Nesse sentido, por consequência da visão urgente do GSI, diferentemente do que foi discutido em 2006, áreas como a Indústria de Defesa, Segurança Pública, Saúde e Alimentação não foram priorizadas, inclusive se comparado com outras experiências internacionais (BRUNNER; SUTER, 2009). Ao que tudo indica, o governo brasileiro, inspirado nos programas dos EUA e da União Europeia, optou por priorizar as áreas que representam as cadeias vitais das IEC, ou seja, os setores que oferecem suporte ao bem-estar econômico e social do país e estão organizados em complexas redes interdependentes (INÁCIO, 2023). Outro ponto é que o programa foi desenvolvido através da centralização dos procedimentos junto a administração pública, pois cada Grupo Técnico seria formado apenas por órgãos estatais, excluídos formalmente o setor privado, a academia e a sociedade civil (BRASIL, 2008; BRASIL, 2022). Nossa argumentação é que as IEC receberam extensa atenção por parte das FA, pois coube ao GSI o diagnóstico de vulnerabilidades, a prevenção contra ameaças e a criação dos Grupos Técnicos para atuarem nas áreas específicas.

Nesse sentido, paralelamente a inclusão das SIC no rol de tarefas das FA, a partir de 2010, ocorreu o processo de reestruturação da doutrina e dos projetos estratégicos do Exército com base em três pressupostos: a necessidade de reformulação da doutrina, de ocupação dos territórios internos e de manutenção do serviço militar obrigatório (CCOMSEx, 2012). Este contexto permitiu aos militares atuarem em verdadeiros laboratórios de gestão de populações e territórios, ao assumirem o papel de governo em uma série de espaços periféricos como na Amazônia, nas favelas do Rio de Janeiro, a Operação de Paz do Haiti e as ações de monitoramento de fronteira (MONTEIRO, 2021; LEIRNER, 2020). Por isso, dentro do guarda-chuva de uma geopolítica da segurança, os militares engajaram-se na produção de verdadeiras

“operações psicológicas” (Ops) e práticas de segurança, ou seja, no sentido de “[...] uma representação de um tabuleiro onde as operações psicológicas orientadas para dentro do país (visando ao núcleo político central) se combinam com as práticas espaciais cotidianas e legitimadas em que as Forças Armadas e policiais estão engajadas” (MONTEIRO, 2021, p.22). Em vista disso, é nesse jogo de amontoar as peças entre ameaças internas e externas e de reforço do seu papel de garantidor da lei e da ordem, que os militares constroem justificativas para suas operações em um processo de incerteza dos critérios; contudo, o que permanece é a resposta, pois, embora o caráter multidimensional e transnacional dos fenômenos, a alternativa para resolver a desordem é sempre militar.

Dessa maneira, utilizando-se do mesmo conceito construído pelo GSI em 2008, o Exército brasileiro, a partir de 2012, passou a considerar as IEC como uma dimensão estratégica de suas funções, por isso, através do programa conhecido como PROTEGER, coube ao Exército assumir o papel de garantir a segurança das Estruturas Estratégicas Terrestres ou Infraestruturas Críticas (RODRIGUES *et al.*, 2018; CCOMSEx, 2012). Falamos, então, da intencionalidade da expressão Segurança das Infraestruturas Críticas, pois esta seria um dos elementos estratégicos para a manutenção da chamada “segurança integrada” ou segurança nacional (RODRIGUES *et al.*, 2018), ou seja, o contexto de justificativa de atuação das Forças Armadas para a manutenção da ordem interna e da segurança pública. Assim, a escolha das palavras deve ser analisada de forma intencional, embora os termos sejam atualizados, o conceito de segurança integrada diz respeito a um contexto de amontoar a segurança interna e a defesa, assegurando-se a proteção da sociedade – na figura da nação – e do Estado, assumindo, as FA, cada vez mais tarefas de segurança doméstica. Em vista disso, foi através do PROTEGER que o Exército se envolveu diretamente com IEC, auxiliando o GSI no monitoramento e ação contra potenciais ameaças.

No entanto, apesar dessas iniciativas, o programa foi interrompido em 2015 por não ser considerado relevante frente ao contexto de crise econômica e política que o país atravessava. Nesse sentido, pode-se afirmar que, até 2016, o Brasil não possuía um programa de CIP com aplicação efetiva, a despeito do contexto de recepção de eventos internacionais, o governo não consolidou mecanismos de gestão de riscos para as IEC. Por outro lado, a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), observa-se a reestruturação do GSI muito mais fortalecido na área da inteligência, a centralização das políticas de Defesa nas mãos dos militares e a concretização do antigo desejo das FA de volta ao poder após o fim da ditadura (LEIRNER, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da presença de militares no governo, entendemos que o grau de envolvimento político pode ser medido pela ocupação de cargos políticos ou administrativos (CARVALHO, 2019). Assim, por militarização, compreende-se três elementos:

Em primeiro lugar, a participação direta ou a ocupação de cargos pelos militares na administração pública “civil” (ou em postos tradicionalmente reservados a civis); a abordagem aqui é meramente quantitativa, mas importante como instrumento de medida. Em seguida, a influência das doutrinas militares nas decisões de governo (o impacto, [...] na formulação de políticas públicas). Por fim, militarização designa a transferência de normas e valores das Forças Armadas para o sistema decisório e para o sistema político como um todo (CODATO, 2005, p.7).

Em vista disso, são estas as três frentes que nos auxiliam a compreender o significado da participação das FA no governo, contudo, ressaltamos que interpretamos o processo militarização menos pela presença direta dos militares, mas, sobretudo, pela influência das doutrinas militares nas decisões de governo e pela transferência de normas e valores das Forças Armadas para o sistema político. Dessa forma, a percepção do território como segurança, fruto do teatro de operações pensado em termos de uma ação militar, “obrigou” as FA a lançarem mão de um projeto de aparelhamento do próprio Estado, segundo Leirner (2020), da maneira em que eles pudessem voltar ao centro do poder e reinicar o Estado em um modo de “segurança”. Em vista disso, a partir de 2018, não somente um grande número de militares foram eleitos para cargos políticos, como também passaram a ocupar funções no governo.

Em 07 de agosto de 2020 o Brasil possuía 9 ministros que foram ou eram a época oficiais de carreira das FA, correspondendo a 40,9% do total de 22 ministérios; além disso, a maior parte dos cargos de confiança de alto nível eram ocupados por militares do Exército e, proporcionalmente, o Palácio do Planalto contava com uma presença castrense maior que durante o período do Regime Militar Brasileiro (1964-1985) (FUCCILLE, 2021). Em julho de 2020, o Tribunal de Contas da União realizou um levantamento do número de militares da ativa e da reserva exercendo funções em cargos no serviço público civil. Assim, descobriu-se que o número de militares ativos e na reserva ocupando cargos civis no governo Bolsonaro era de 6.157, quantidade que representava um aumento de 108,22% em relação a 2016 (SCHMIDT, 2022b). Contudo, para compreendermos a operação de aparelhamento do Estado vamos além, a partir de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, podemos afirmar que ao longo de todo o governo de Jair Bolsonaro foram elaboradas “[...] um conjunto de normas que expande[m] as possibilidades da presença de militares na burocracia civil, que aponta para aumentar a possível militarização da burocracia em curso” (SCHMIDT, 2022b, p.6). Nesse sentido, atendendo as demandas corporativas das FA, houve um claro sinal do Executivo de aumento de salários e a possibilidade de militares atuarem no governo.

Dessa maneira, “[...] o número de militares ocupando cargos e funções civis quase triplicou entre 2013 e 2021” (SCHMIDT, 2022a, p.8), sendo que o maior aumento proporcional foi percebido entre 2018 e 2019, justamente na transição entre os governos Temer e Bolsonaro. Em vista disso, um dado importante é que “[...], a trajetória de expansão parece não ter se dado apenas na presença de militares em cargos e funções civis, posto que o número de cargos e funções militares tem expansão de 27,1% nesse período” (SCHMIDT, 2022b, p.11), ressaltando que a militarização ocorreu tanto pelo aumento das “funções” militares quanto da presença das FA em cargos civis. Portanto, a militarização quantitativa confirma-se pelas funções assumidas pelos militares no Executivo federal; no entanto, segundo Schmidt (2022b, p.39), o levantamento da presença de militares sem informação de função, indica que outros 2.597 militares em cargos, porém sem a devida função informada, ou seja, o número seria de um total de 8.754 indivíduos castrenses em cargos e funções no governo.

Por outro lado, para compreendermos a militarização em seu caráter qualitativo, investiga-se a influência das doutrinas militares na formulação de políticas públicas e o perfil dos cargos ocupados, ou seja, como a visão de mundo dos militares determina a organização do Estado. Assim, apesar do aumento geral da participação de militares em cargos e funções civis a partir de 2018 e 2019, destaca-se o perfil de ocupação em agências reguladoras, em Cargos de Natureza Especial (NS), Direção e Assessoramento (DAS), Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e empresas estatais federais, ou seja, justamente nos cargos e posições de direção e comando (SCHMIDT, 2022b). “No caso dos cargos comissionados de maior poder decisório – os de Natureza Especial – os percentuais de militares no total de cargos são bastante mais relevantes, saindo de 6,3% em 2013 para quase 16% em 2021” (SCHMIDT, 2022a, p.8), sendo que “[...] a presença de militares nos cargos de DAS nível 5 e 6, que são os de maior poder decisório na hierarquia dos cargos de Natureza Especial, aumentou, respectivamente, 500 e 375% entre 2013 e 2021” (SCHMIDT, 2022a, p.8).

Dessa maneira, no que diz respeito a ocupação de cargos por área de política pública, com exceção da área de Controle, desde de 2018, em todas as outras os militares se tornam a parcela maior de ocupantes de cargos, com destaque especial para as áreas de Governo Economia, Social e Infraestruturas (SCHMIDT, 2022a). Em vista disso, compreendemos o processo de militarização de forma qualitativa pelo perfil dos cargos ocupados, sendo estes, os postos de direção em agências reguladoras, no Alto-Escalão, secretarias e empresas públicas, além das pastas estratégicas. Além disso, “ainda que as proporções sejam bastante menores que nas demais áreas, cabe destaque para a magnitude da expansão relativa observada na área de meio ambiente no período” (SCHMIDT, 2022b, p.20). Nesse sentido, lembrando o processo de

militarização do Regime Militar, quando as pastas estratégicas diziam respeito as áreas da Política e da Geografia – como os setores da energia, comunicações, segurança, infraestrutura, etc. (INÁCIO, 2023) –, agora, também, incluindo as áreas de saúde e meio ambiente.

Por fim, para compreendermos a militarização de caráter hierárquico, ou seja, a transferência de normas e valores das FA para o sistema político como um todo, retomamos que “[...] o Exército foi em todo o período analisado a Força de origem da maior parte dos ocupantes de cargo, tendo havido uma perda de participação por parte da Força Aérea Brasileira. No caso da Marinha houve estabilidade em torno de 20%” (SCHMIDT, 2022a, p.8). A política, dessa maneira, deve ser uma cadeia de comando – organizada pelos princípios de hierarquia, disciplina e na visão de dualidade entre amigo/inimigo; por isso, a militarização em sentido amplo demonstra como os valores da caserna passaram administrar a máquina pública. Ademais, dentre os militares, chamamos atenção ao Minsitro-Chefe do GSI, o General Heleno, a figura do “homem-forte” do governo, mas também o fato de que “[...] [ele] está amparado por um desenho institucional que coloca o GSI, como uma espécie de ‘Central’ por onde todas as ações de Governo são avaliadas e de alguma forma recebem – ou não – a ‘chancela’ (LEIRNER, 2020, p.210), segundo o autor, o “Ministério dos Ministérios”.

Dessa maneira, devemos nos perguntar: qual grupo político no Brasil efetivamente ganhou com todos os processos abertos deste o impeachment de Dilma Rousseff? Segundo Leiner (2020), não há setor mais beneficiado que não seja as Forças Armadas. “Não se trata apenas de uma questão numérica de aparelhamento do Estado, mas também de um processo de construção de uma hegemonia (isto é, de imposição de valores e símbolos) que os coloca no centro da sociedade” (LEIRNER, 2020, p.42). Assim, elementos como a ideologia dos salvadores da pátria, o senso de responsabilidade e tutela da nação contra os inimigos internos e externos, a base ideológica do anticomunismo, a tomada do poder como expressão da democracia, a defesa de pautas coletivas como partido, etc. Estes, são alguns dos discursos que possibilitaram a atuação das FA enquanto um “partido militar”, o qual buscou ocupar os espaços administrativos do Estado e garantir, a construção de uma hegemonia. Dessa forma, “[...] o projeto militar é, no fim das contas, um projeto de domesticação da sociedade, no sentido de torná-la o mais próximo possível de uma projeção de si próprio” (LEIRNER, 2020, p.70), em outras palavras, a militarização da sociedade como um todo. Dessa maneira, podemos afirmar que o Governo de Jair Bolsonaro foi um governo militarizado: “Ocorre um híbrido, um governo militarizado, cujo partido hegemônico nos cargos e no programa é o Partido Militar” (PENIDO, 2021, *on-line*). Um governo híbrido de gestão das populações e dos territórios, por partes das

FA no mesmo sentido dos teatros de operações encenados ao longo da Nova República para a tomada do poder e que reforçam a continuidade do discurso da tutela militar.

No entanto, se compreendemos a militarização do Governo Jair Bolsonaro e a percepção do território como segurança, nesse caso, se o objetivo é o controle das dinâmicas espaciais, se faz necessária a análise dessas ações pela Geografia Política. Dessa maneira, a luz dos eventos recentes, se a “centelha” de discussões a respeito das IEC é retomada ao longo do governo Temer, foi com intencionalidades bem diferentes da reunião da SecGov em 2006. Durante seu governo concessões foram estendidas aos militares como privilégios políticos, recursos financeiros e autonomia em suas decisões operacionais e táticas, basta recordamos a Intervenção Federal no Rio de Janeiro sob o comando do General Braga Netto, a recriação do GSI e a condução que o levou a ser o “Ministério dos Ministérios” (LEIRNER, 2020; MONTEIRO, 2021). Nesse sentido, falamos do aparelhamento do Estado, em especial no caso do GSI, órgão que, desde 2016, buscou centralizar em suas funções a área de inteligência e “segurança do Estado”, bem como consolidar uma esfera de atuação para os militares, as IEC.

Em vista disso, no final de 2018 é decretada a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC) (Dec. nº 10.569/2018), com a finalidade de regulamentar atribuições permanentes para a atuação das FA, o documento foi publicado já com o resultado das eleições de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro. Entre as diretrizes da PNSIC destacamos o reforço do papel do GSI enquanto gestor dessa temática e a busca de vincular entes públicos e a iniciativa privada para que direcionem ações que concorram para SIC (BRASIL, 2018). Além disso, chama à atenção o uso da expressão segurança, já que em um contexto de militarização do Estado e tentativa das FA de governar territórios e populações, entende-se o uso intencional da palavra, pois não se trata apenas de proteger, mas gerir as estruturas estratégicas. Segundo o documento, infraestruturas críticas são: “instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provoque sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade” (BRASIL, 2018, *on-line*).

Ressaltamos, portanto, a amplitude do conceito e a incerteza dos critérios, uma vez que a SIC estaria relacionada a garantia dos serviços vitais nas áreas social, ambiental, econômica, política, internacional ou que dizem respeito a segurança do Estado e da sociedade. Além disso, o documento não apresenta uma metodologia inovadora para a área, apenas reafirma as boas-práticas internacionais com foco no monitoramento e gestão da informação. Porém, cabe ressaltarmos o princípio “IV - a salvaguarda do interesse da defesa e da segurança nacional” e o objetivo “VI - o estabelecimento da prevalência do interesse da defesa e da segurança nacional na proteção, na conservação e na expansão das infraestruturas críticas” (BRASIL, 2018, *on-*

(*on-line*), assim, visa-se a segurança nacional como princípio e objetivo superiores a quaisquer outros. Por fim, a PNSIC prevê ainda a criação dos seguintes instrumentos: a Estratégia Nacional e o Plano Nacional, ambos desenvolvidos durante o governo de Jair Bolsonaro no âmbito do GSI e sob a direção do então General Augusto Heleno. Dessa maneira, ficaria a cargo do Exército garantir a segurança nacional especialmente com a função nada militar, diga-se de passagem, de gerir essas cadeias vitais do Estado no âmbito doméstico.

Nesse sentido, quando falamos da construção do GSI enquanto “Ministério dos Ministérios”, isto significou que a pasta assumiu a responsabilidade por toda a área de inteligência e “segurança do Estado” (LEINER, 2020). A área da inteligência construída dentro do órgão transitou com maior facilidade entre os temas de segurança pública e defesa, justamente uma janela de oportunidade para o Exército colocar em prática suas doutrinas híbridas. Em um primeiro momento, o GSI serviu como apoio estratégico e institucional para as atividades de monitoramento de fronteiras, operações de Garantia da Lei e da Ordem e as SIC, no entanto, a partir de 2018, a centralização do poder político e a militarização hierárquica indica a atuação do ministério como gestor da segurança nacional e da cadeia de comando.

Desse modo, em 2022 é elaborada a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Ensic) (Dec. nº 10.569/2020), entre seus objetivos temos: consolidar os conceitos, identificar os principais desafios, definir os eixos estruturantes e objetivos estratégicos, bem como servir de referência para a formulação do Plansic (BRASIL, 2020). Assim, tratando-se de uma metodologia que deve orientar as ações, enquanto a PNSIC apresenta os objetivos político-estratégicos do programa, a Ensic busca consolidar seus princípios e diretrizes, reafirmando a atuação do GSI e da Creden na coordenação dos Grupos Técnicos. Além disso, entre prestadores, usuários e o Estado, é notável que a sociedade civil não aparece enquanto uma parte interessada, isto apesar do documento indicar que em sua grande maioria as Infraestruturas Críticas pertencem ao setor público. Ademais, chamamos à atenção a dois princípios, primeiro, sobre a “Redução de custos para a sociedade”: o argumento é que os serviços prestados por essas estruturas “sustentam economias, governos e sociedades”, portanto, o controle político do território e a gestão dos serviços prestados são formas de garantir o bem-estar do Estado e da população, focos de desejo do poder (BRASIL, 2020, *on-line*).

Em segundo lugar, o princípio da “Defesa e Segurança Nacional” que diz, “a preservação da soberania política e a defesa da integridade territorial constituem os elementos fundamentais para a definição dos objetivos de segurança nacional, o que inclui a proteção da população, das infraestruturas críticas e das funções essenciais do Estado” (BRASIL, 2020, *on-line*). Este princípio utiliza-se de argumentos essencialmente (geo)políticos como justificava

para SIC, ou seja, uma visão utilitarista do território que constitui elemento fundamental dos Objetivos Nacionais. Nesse sentido, a preservação da soberania política e a integridade territorial devem ser garantidas por meio da proteção da população, das infraestruturas críticas e preservação das funções essenciais do Estado; ou seja, elementos como a amplitude territorial do Brasil, a grande extensão de fronteiras e o estilo de vida urbano das grandes cidades são justificativas para a necessidade de proteção das SIC. O GSI, notadamente militarizado, utiliza-se de princípios geopolíticos ao dispor de elementos discursivos do território ameaçado e, portanto, da necessidade de garantir a sua integridade, a segurança da população e das áreas urbanas por meio da proteção e gestão das infraestruturas críticas.

Nesse sentido, estabelecidos os objetivos estratégicos e as diretrizes de ação, faltava ainda a divisão das tarefas, dessa forma, chegamos a setembro de 2022, durante o período eleitoral, com a publicação do Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Plansic) (Dec. nº 11.200/2022). Em síntese, o Plansic assume a função de colocar a SIC em prática, ou seja, buscará elaborar os planos setoriais (dentro de cada área prioritária), a divisão das responsabilidades – entre a União, os Estados, os Municípios e a sociedade –, bem como a análise das interdependências. Dessa maneira, reforça-se o contexto da SIC ao vincular o acesso a recursos federais, por parte de órgãos e empresas da administração pública, diretamente aos custos e ações futuras para sua implementação (BRASIL, 2022). Assim, se o GSI assume como principal gestor do processo, os demais órgãos e entidades do setor público federal e setor privado ficam responsáveis por arcar com os custos operacionais e aceitar as determinações da União. Por outro lado, o documento também reforça o contexto de subordinação das forças de segurança interna, como as polícias e bombeiros, aos militares, especialmente para garantir as “medidas de efetivo resultado prático” – de uso da força – para a segurança das IEC.

Nesse sentido, quais as intencionalidades na retomada de um programa SIC em um contexto de centralização de decisões no GSI e expressiva participação das FA na política? A resposta encontra-se no objetivo dessa pesquisa. Dessa maneira, os Ministérios responsáveis pela implementação do Plansic – Desenvolvimento Regional, Minas e Energia, Infraestrutura, Comunicações, Economia, Saúde e Defesa – foram as pastas mais militarizadas. Não sendo coincidência, pois justamente esses Ministérios, articulados dentro da Creden e que contaram com uma expressiva participação de militares nos postos de comando das agências reguladoras, secretarias e empresas públicas, seriam responsáveis pela SIC.

Por isso, presente nos documentos da PNSIC, os princípios do pensamento geopolítico militar devem ser garantidos por meio da execução dos Objetivos Nacionais, entre eles, a integridade do território; dito de outra forma, através da proteção da população, das



infraestruturas críticas e da preservação das funções essenciais do Estado, as FA constroem uma justificativa que, apoiada em argumentos deterministas, posiciona a razão de Estado e, por extensão, a política, à serviço da estratégia militar (INÁCIO, 2023). Assim, dispor de elementos discursivos que partem do pressuposto do território como segurança compreende uma ideologia geográfica que chama às Forças Armadas a assumirem o poder e garantir a segurança das populações e das áreas urbanas, por meio da proteção e gestão das infraestruturas críticas. Esse é nosso argumento; contudo, a Geografia e seus conhecimentos também podem contribuir para chegarmos a essas conclusões. Nesse sentido, é interessante observarmos, no caso do Brasil, “[...] uma tendência de concentrar forças militares onde se concentrava o poder político” (CARVALHO, 2019, p.56), ou seja, nos espaços que permitem o controle político do território.

Desse modo, pensamos as IEC enquanto um sistema territorial, ou seja, as cristalizações de um conjunto de pontos, nós e redes – das redes de circulação e comunicação, dos sistemas produção, transmissão e distribuição de energia, de armazenagem e distribuição de água, etc. –, em suma, como diria Santos e Silveira (2020), sistemas de engenharia que garantem a reprodução de vida urbano-industrial. Assim, ressaltamos como essas estruturas estratégicas são escolhidas de forma intencional – a partir de uma determinada metodologia que sublinha as áreas e cadeias vitais – e, no caso do Brasil, lembramos como os militares tratam da segurança enquanto gestão continuada. Nesse sentido, a partir de dados encontrados no “Cadastro de Estruturas Estratégicas Terrestres” compreendemos que, de acordo com o Exército e o GSI, o Brasil possui 644 estruturas estratégicas (INÁCIO, 2023). Assim, se as IEC são também uma malha territorial distribuída de forma desigual, para pensarmos as práticas territoriais, propomos regionalizá-las a partir das Macrorregiões brasileiras, de acordo com a tabela 1:

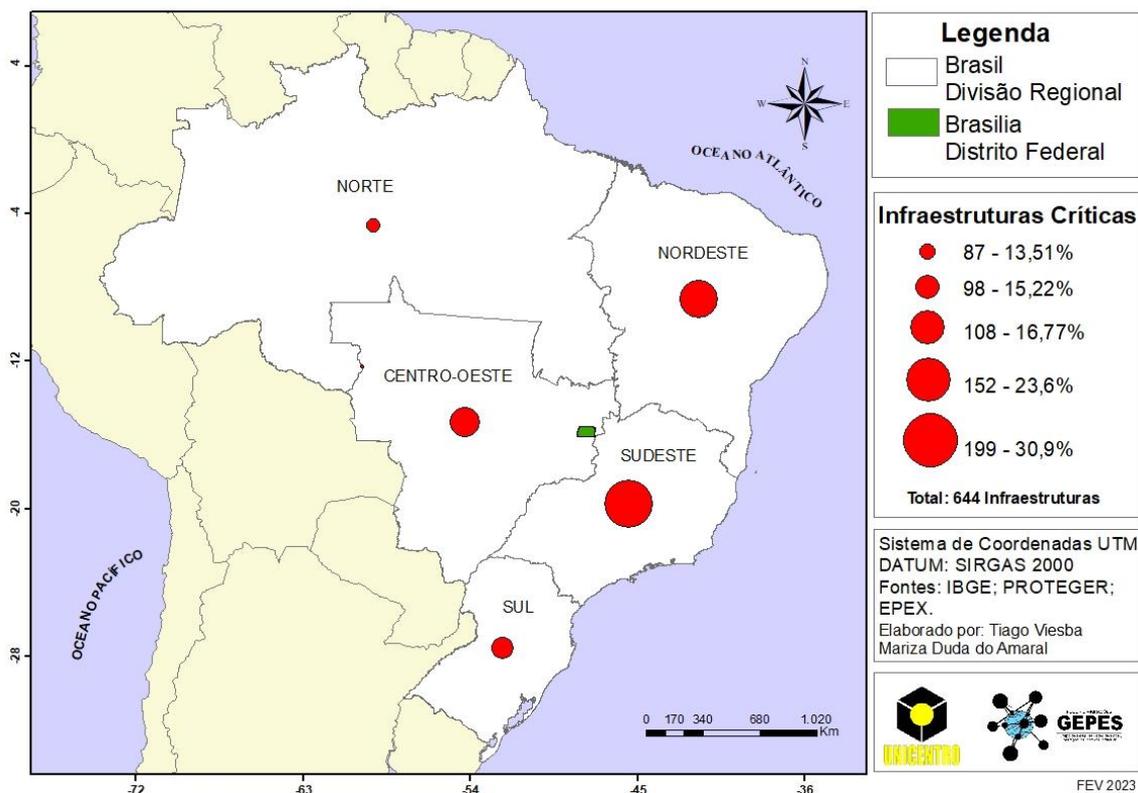
Tabela 1: Distribuição das Infraestruturas Críticas em relação ao total da população e aos municípios metropolitanos

Brasil e Regiões	Quantidade de Infraestruturas Críticas	Distribuição da população brasileira por regiões em 2019	Municípios criados e instalados até 2020	Distribuição dos municípios metropolitanos brasileiros em 2020	Porcentagem em relação a área total do País	Porcentagem em relação ao total de Infraestruturas Críticas do País
Norte	87	8,8%	449	45	45,25%	13,51%
Centro-Oeste	108	7,8%	446	56	18,87%	16,77%
Nordeste	152	27,2%	1.787	123	18,24%	23,6%
Sudeste	199	42,1%	1.666	196	10,86%	30,9%
Sul	98	14,3%	1.159	107	6,78%	15,22%
Brasil	644	100%	5.507	527	100%	100%

Fonte: Inácio, 2023.

Desse maneira, chama à atenção a distribuição desigual das IEC pelo território nacional, apenas para notarmos que aproximadamente 70% estão em uma área que equivale a 35,88% do território nacional, nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste. Ademais, ressalta-se a divisão das 644 (100%) em áreas estratégicas: transporte 277 (35,25%); energia 222 (34,47%); comunicações 80 (12,42%); água 80 (12,42%); nuclear 6 (0,94%); outras 29 (4,5%) (INÁCIO, 2023). Se pensarmos em relação a população, municípios e municípios metropolitanos, temos, respectivamente, 86% da população brasileira vivendo nessas regiões, em 4.612 municípios (83,74% do total) e 426 municípios metropolitanos (do total brasileiro, isso representa 80,83%). Nesse sentido, “[...] cerca de 85% da população metropolitana brasileira localiza-se em municípios das áreas metropolitanas das capitais. Os maiores contingentes populacionais metropolitanos do Brasil estão em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná” (DEL PRETTE, 2022, p.173-174). Assim, segue a distribuição das IEC no mapa 1:

Mapa 1: Infraestruturas Críticas no território brasileiro



Fonte: Inácio, 2023.

Desse modo, o mapa demonstra que gerenciar continuamente as Infraestruturas Críticas é uma maneira de garantir o controle político sobre o território e o acesso aos trunfos – em especial a massa demográfica –, a partir dessas malhas técnico-político e urbano-industrial. Além disso, embora pelo menos há 30 anos a Amazônia passar a ser considerada o principal

território para se defender no Brasil, mais de 70% do efetivo militar segue no Comando Sul e Sudeste (MONTEIRO, 2021) e, em decorrência da implementação do programa de SIC, essa tendência seria reforçada, uma vez que a Região Sul, Sudeste e Nordeste abrigam quase 70% das estruturas consideradas estratégicas. Em vista disso, Raffestin (1993), já afirma que o objetivo principal do exercício do poder é o controle da massa demográfica e da circulação, no entanto, no contexto dessas operações militares, quando a política e a razão de Estado se encontram a serviço da estratégia militar, o controle da população e das redes de transporte, comunicação ou energia, etc., assume novos contornos. Em síntese, os discursos que apontam o território como segurança, bem como a necessidade de garantia dos Objetivos Nacionais são também profecias autorrealizáveis, ao mesmo tempo em que a solução se encontra na tutela militar e a domesticação da sociedade. Nem é preciso se espantar que a proteção das populações, das infraestruturas críticas, dos ambientes urbanos e das funções essenciais do Estado, são as justificadas que aparecem nos princípios de defesa e segurança nacional da Ensic.

Além disso, desde a reformulação da doutrina militar nos anos 1990, as FA seguem uma lógica de preparação para o combate interno, segundo Saint-Pierre (1993): presente nos manuais militares, o Exército afirma que deveria ocupar os pontos estratégicos urbanos e rurais e contar com tropas prontas a restabelecer a paz e a ordem interna, em caso de instabilidade social. Por isso, um grande contingente de tropas deveria permanecer nos centros urbanos, nesse sentido, um reforço a ideia de conceber o espaço urbano como um espaço de guerra, como diria Monteiro (2021). Dessa maneira, se “[...] a grande massa populacional do país se concentra em poucos municípios médios e em áreas metropolitanas” (DEL PRETTE, 2022, p.168), é justamente nesses locais que encontram-se os desejos do poder. Por essa razão, sendo o controle de apenas algumas cidades condição suficiente para o controle dos recursos nacionais, especialmente no caso do Brasil, essa é uma indicação que se sustenta.

Além disso, relacionamos as IEC enquanto um projeto geopolítico de aplicação interna por parte das FA, pois, ao retomarmos as ideias do General Golbery, pensamos na aproximação dos seus discursos geopolíticos e como estes auxiliam na compreensão do projeto da SIC e do controle político do território. Sendo assim, em nome da salvaguarda da democracia contra a corrupção, o comunismo, o Partido dos Trabalhadores, o globalismo, o crime organizado, as ONGs, etc. – lembrando que não faltam ameaças ao território –, o objetivo no longo prazo é a manutenção da tutela militar, por isso uma retomada da manobra geopolítica de integração do território nacional. Em vista disso, que melhor operação para dispor os militares pelos espaços estratégicos do que as Infraestruturas Críticas? Portanto, a geopolítica militar ao destacar políticas assentadas em uma configuração zonal do espaço político-administrativo, representa

um instrumento simultaneamente político, militar e territorial do poder. Dessa maneira, o controle dos fluxos, das redes de transporte e de comunicação, são elementos necessários para a garantia do controle político do território, ou seja, a construção de determinados sistemas territoriais com o intuito de se apropriar dos trunfos (SILVA, 1981). Por isso, não basta colocar os militares dentro do Estado, é preciso pensarmos essas estratégias dentro do contexto de guerra, pois o controle das massas e do que elas pensam é essencial; assim, a geopolítica hoje informa que uma economia do poder se encontra na logística e nos espaços urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao questionarmos as razões que levaram ao engajamento das Forças Armadas para comporem o grupo de exercício do poder governamental, bem como quais os conflitos desse processo, pensamos que parte dessas questões podem ser respondidas com nossas hipóteses: a) as Forças Armadas brasileiras pensam a manutenção do controle político sobre o território, especialmente nos recorrentes períodos de militarização do Estado e busca permanente dos Objetivos Nacionais; b) as Infraestruturas Críticas representam parte do objetivo estratégico das Forças Armadas brasileiras para garantirem a manutenção do controle político do território.

Assim, “[...] enquanto a circulação se estende e se intensifica e derruba as fronteiras as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos. As fronteiras mais duras atualmente são aquelas da lealdade à fé ou à doutrina”, por isso mesmo, “[...] a era aberta 500 anos atrás pode estar se fechando” (GOTTMANN, 2012, p.543). Se o território como segurança tende a buscar o controle da circulação e dos fluxos – servindo como um abrigo –, portanto, ele representa um determinado imaginário de segurança, em nosso trabalho, fruto do renascimento de discursos geopolíticos. Nesse sentido, compreende-se que a recente militarização do Estado brasileiro e o programa de SIC devem ser pensados de forma conjunta, uma vez que o controle político do território é parte do projeto militar – no intuito exercer a tutela dos territórios e o governo das populações –; para tanto, aponta-se a montagem de um tripé que envolve as Operações de GLO, monitoramento de fronteiras e o programa de SIC.

Em vista disso, presente em documentos vinculados a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, os conhecidos princípios da geopolítica militar devem ser garantidos por meio da execução dos Objetivos Nacionais. Assim, dispor de elementos discursivos que partem do pressuposto do território ameaçado e, portanto, de um território como segurança, compreende uma ideologia geográfica que chama às FA a assumirem o poder e garantir a segurança das populações e das áreas urbanas por meio da gestão das estruturas estratégicas.

Além disso, podemos relacionar as Infraestruturas Críticas e o uso desse sistema territorial, de tessituras, nós e redes, enquanto um projeto geopolítico de aplicação interna por parte das FA, uma manobra geopolítica de integração do território nacional.

Em vista disso, podemos afirmar que as Infraestruturas Críticas, da maneira como o tema foi pensado, representam um sistema territorial que dá acesso aos trunfos e, nesse sentido, gerir e controlá-los são formas de exercer o governo das coisas – da população e dos sistemas de circulação no território. Por isso, analisar os discursos geográficos é colocar em perspectivas seus conteúdos, ou seja, o “pensamento geográfico” presente, escondido e revelado por meio dessas ferramentas de comunicação. Sejam, por exemplo, as Infraestruturas Críticas ou outros sistemas territoriais, essas cristalizações não dizem respeito apenas a estratégias e usos passados, uma vez que a Geografia, se pretende lidar com as dinâmicas atuais do território, necessita também abordar os novos usos da geopolítica por atores como as FA brasileiras, atores estes que ainda produzem discursos próprios a favor de seus interesses muito bem localizados. Por isso, estudar o território como segurança é também um alerta para a Geografia Política brasileira, um alerta sobre a necessidade de resgarmos o conceito político do território.

REFERÊNCIAS

BAZZICALUPO, Laura. Produção de segurança e incerteza dos critérios. *In*: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo (org.). **Governamentalidade / Segurança**. Coleção Contrassensos. Trad. Nildo Avelino. São Paulo: Intermeios, 2014, p.81-103.

BRASIL. Decreto nº 10.569, de 9 de dezembro de 2020. Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. **Diário oficial da União**, Brasília, 2020.
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.569-%20de-9-de-dezembro-de-2020-293251357>.

BRASIL. Decreto nº 11.200, de 15 de setembro de 2022. Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2022.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11200.htm.

BRASIL. Decreto nº 9.573, de 22 de novembro de 2018. Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. **Diário oficial da União**, Brasília, 2018.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9573.htm.

BRASIL. Portaria nº 2 do GSI, de 8 de fevereiro de 2008 – Grupos Técnicos de Segurança de Infraestruturas Críticas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008.
<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/198823-infra-estruturas-criticas-gtsic-institui-grupos-tucnicos-de-seguranua-de-infra-estruturas-criticas-gtsic-e-du-outrasproviduncias.html>.



BRUNNER, Elgin M.; SUTER, Manuel. **International CIIP Handbook 2008/2009**. Swiss Federal Institute of Technology Zurich, Center for Security Studies, ETH Zurich, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Ed. Revisada e Ampliada. São Paulo: Todavia, 2019.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO (CCOMSEx). Projetos Estratégicos Indutores da Transformação do Exército. **Revista Verde-Oliva**, ano XL, nº 217, Edição Especial, Brasília, DF, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. Processo decisório de política econômica da ditadura militar brasileira e o papel das forças armadas. **Conferência no Laboratório de Estudos sobre Militares e Política**, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Council Directive 2008/114/EC do Conselho de 8 de dezembro de 2008. Jornal Oficial da União Europeia. Bruxelas, 2008. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2008:345:FULL&from=EN>.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Edusp, 2016.

DEL PRETTE, Marcos Estevan. A dinâmica demográfica Brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. S. *et al.* **Ordenamento Territorial do Brasil: potencialidades naturais e vulnerabilidades sociais**. Osasco, SP: Editora dos Autores, 2022, p.152-174.

DEMETERCO, Fernando Antonio. Segurança das Infraestruturas Críticas. **Anais do X Ciclo de Estudos Estratégicos: Proteção das Infraestruturas Críticas**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, p.1-18, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUCCILLE, Luís Alexandre. As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer! In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021, p.209-220.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p.523-545, 2012.

GUTERRES, Egon C. Regulação de Riscos e Proteção de Infraestruturas Críticas: os novos ventos do fenômeno regulatório. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**. Brasília, v. 2, n. 1, p.107-160, 2016.

IGLESIAS, Margarita Cuervo. Proteção de infraestruturas críticas: O papel central do setor privado na cooperação civil-militar. **Policy Papers**. XVIII Forte de Copacabana. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2021, p.23- 39.

INÁCIO, Tiago Viesba Pini. **Geopolítica Militar Brasileira e o Território como Segurança**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Guarapuava, p.468, 2023.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica.** São Paulo: Alameda, 2020.

MIRANDA FILHO, Fábio Nogueira. O Papel do Serviço de Inteligência na Segurança das Infraestruturas Críticas. **Revista Brasileira de Inteligência. Brasília**, n. 7, p.79-92, 2012.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. **Esperando os Bárbaros: Geopolíticas da segurança no Brasil do século XXI.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

PENIDO, Ana. Brasil: uma nação interrompida pelo Partido Militar. **The Tricontinental.** São Paulo, 6 de out. de 2021. <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/brasil-uma-nacao-interrompida-pelo-partido-militar/>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RODRIGUES, Adersonylton Salles C. *et al.* A proteção das Estruturas Estratégicas no contexto da Segurança Integrada. **PADECEME**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p.92-107, 2018.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Racionalidade e estratégias. **Cadernos Premissas.** Campinas: UNICAMP/Núcleo de Estudos Estratégias (NEE), n. 3, p.24-51, 1993.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Defesa ou Segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. *In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis (org.). Paz e Guerra: defesa e segurança entre as nações.* São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.11-37.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 20ª Ed. São Paulo: Editora Record, 2020.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo Federal. **Em Questão.** Brasília: IPEA, n. 16, jun. 2022a. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/2/NT_58_Diest_Presenca_Militares.pdf

SCHMIDT, Flávia de Holanda. Presença de militares em cargos e funções comissionadas do Executivo Federal. **Nota Técnica nº 58.** Brasília: IPEA, set. 2022b. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf.

SILVA, Golbery do C. **Conjuntura política nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY. **National Infrastructure Protection Plan (NIPP 2013): Partnering for Critical Infrastructure Security and Resilience.** Washington: D.C, 2013. <https://www.cisa.gov/sites/default/files/publications/national-infrastructure-protection-plan-2013-508.pdf>.